

Extração de investimentos

O sucesso das licitações de petróleo e das usinas da Cemig demonstra que os estrangeiros estão com apetite pelo Brasil. E o governo comemora: as concessões dão um alívio às contas públicas e ajudam a impulsionar o PIB

Ivan Ryngelblum, do Rio de Janeiro e Luís Artur Nogueira



Apetite voraz: a americana Exxonmobil, liderada pelo presidente e CEO, Darren Woods, voltou a investir pesado no Brasil, arrematando dez blocos. A Petrobras foi uma de suas principais parceiras (Crédito: REUTERS/Brendan McDermid)

Em apenas dez anos, o setor de petróleo no Brasil foi do céu ao inferno, num movimento sem precedentes no mundo. Da euforia com a descoberta do pré-sal, em 2008, restou uma quebradeira geral de empresas que dependiam dos contratos com a Petrobras. Afundada num mar de corrupção e com um endividamento elevado, a estatal pisou no freio e revisou investimentos, deixando à míngua uma enorme cadeia de fornecedores. Desapareceram diversos símbolos de um sucesso utópico, como Eike Batista e a empresa de sondas Sete Brasil – projeto megalomaniaco do PT que fracassou e resultou em prejuízos bilionários aos cofres públicos. Assustadas, várias petroleiras estrangeiras fugiram do País, mantendo apenas operações

irrelevantes no mercado local.

Na quarta-feira 27, um sopro de esperança ressurgiu no Rio de Janeiro, com a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração de petróleo e gás natural. Após dois anos sem nenhum leilão, e com novas regras mais sensatas, os investidores estrangeiros voltaram a apostar no Brasil. Organizadora do certame, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) temia que o resultado fosse limitado por uma disputa entre pequenas e médias petroleiras. Mas, nos momentos finais, quando a cobiçada Bacia de Campos foi a leilão, o apetite dos estrangeiros aflorou. A americana ExxonMobil, que há vários anos mantinha operações desprezíveis no Brasil, partiu para o ataque.

Sozinha, ganhou dois blocos e levou outros dois em um consórcio com a Queiroz Galvão e a americana Murphy Oil. Por fim, em parceria com a Petrobras, arrematou mais seis blocos, garantindo o maior volume arrecadado na história dos leilões de petróleo: R\$ 3,84 bilhões, um ágio de 1.556%. No governo federal, os mais otimistas projetavam uma arrecadação de R\$ 1 bilhão. Antes disso, o melhor resultado tinha sido obtido em 2007, na 9ª rodada, com R\$ 3,8 bilhões, em valores atualizados.

De Londres, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, celebrou o resultado. “A retomada da economia começa a dar frutos também ao criar ambiente para a atração dos investimentos estrangeiros”, escreveu o ministro em sua conta no Twitter. Do lado de fora do Hotel Windsor, na Barra da Tijuca, onde foi realizado o leilão, houve muitos protestos.

A tensão aumentou após uma tentativa de invasão de alguns manifestantes contrários à indústria petrolífera. Alguns executivos, que estavam tomando café na sala ao lado, buscaram abrigo e a proteção de seguranças, que rolaram pelo chão com manifestantes. Apesar do tumulto, o certame não foi interrompido. A disputa contou com 32 empresas inscritas, sendo 18 estrangeiras. Duas delas eram estreantes em leilões brasileiros: Petronas e DEA Deutsche Erdoel, da Malásia e da Alemanha, respectivamente. Uma terceira nunca teve concessões no País, a também alemã Wintershall. Para efeito de comparação, na 13ª Rodada, ocorrida em 2015, a maioria dos participantes era de brasileiros (11 empresas), enquanto apenas seis estrangeiras compareceram.

No total, 15 empresas de oito países arremataram blocos na quarta-feira (leia lista ao final da reportagem no gráfico “Martelo





batido”). “É saudável que tenha havido concorrência, com novas empresas entrando no Brasil”, diz Henri Philippe Reichstul, ex-presidente da Petrobras. “É importante que a Petrobras não seja o único player.” Enigmáticos, os executivos da ExxonMobil, maior petroleira do mundo, com faturamento anual de US\$ 226 bilhões e valor de mercado de US\$ 342 bilhões, não falaram com a imprensa durante o leilão. “Estamos ansiosos para trabalhar com o governo brasileiro e nossos parceiros para desenvolver a exploração nos blocos ganhadores”, afirmou a empresa, em nota. Procurada pela DINHEIRO, a ExxonMobil não concedeu entrevista.

A postura ousada da Petrobras surpreendeu os analistas. A companhia está passando por um processo de reestruturação e venda de ativos desde que Pedro Parente assumiu a presidência, em maio de 2016, com a missão de diminuir o seu elevado endividamento, que, no segundo trimestre, era de R\$ 376,6 bilhões. Com amplo conhecimento sobre a Bacia de Campos, a Petrobras se tornou um parceiro estratégico para a ExxonMobil, formando uma dobradinha imbatível. Os blocos arrematados pelas duas gigantes, em Campos, ficam localizados na chamada franja do pré-sal, próxima da região estipulada pelo governo em 2010 para a exploração de petróleo em águas profundas.

Em apenas um dos blocos, elas ofereceram R\$ 2,2 bilhões, valor muito acima do ofertado pelo consórcio Shell-Repsol, que ficou

em segundo lugar (R\$ 444 milhões). O resultado demonstra que as empresas apostam que a região pode ter reservas parecidas com aquelas que integram o pré-sal. “É uma possibilidade, porque está vizinha às áreas do pré-sal”, afirmou Pedro Parente, presidente da Petrobras, após o leilão. “Não pagaríamos o valor que pagamos se não tivéssemos informações que demonstram que vale.” Os resultados representaram grandes vitórias para o governo Michel Temer, particularmente em duas frentes.



Mais investimentos: para o Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (esq.), o sucesso dos leilões demonstra acerto da tática de diminuir as regulações (Crédito: Fernando Lemos / Agência O Globo)

A primeira é em relação a sua estratégia de atrair investimentos por meio de desregulamentação e facilitação do ambiente de negócios. “O caminho trilhado na área de infraestrutura pelo governo tem sido aprovado por aqueles que investem e que vão continuar investir no País, então é lógico que foi um dia muito bom para o governo”, afirma Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia (MME). O segundo ponto, e talvez o mais urgente, é conseguir recursos para lidar com o rombo nas contas públicas. A equipe econômica conta com as concessões e as privatizações para

cumprir a meta fiscal deste ano e do próximo, de déficits de R\$ 159 bilhões. Há a expectativa de que os recursos arrecadados permitam, inclusive, um descontingenciamento de R\$ 10 bilhões no orçamento neste ano, permitindo a retomada de investimentos em algumas áreas.

O grande número de inscritos no leilão derivou de mudanças no marco regulatório. A 14ª Rodada foi o primeiro teste das novas diretrizes que regem o setor, focadas em atender as necessidades das empresas e atrair investimentos. Entre as novas medidas estão a possibilidade de extensão da fase de exploração por razões técnicas, a retirada do conteúdo local como critério de oferta na licitação, bem como a sua diminuição, e a adoção de royalties diferenciados para áreas de nova fronteira. Além disso, a Petrobras não tem mais a obrigação de participar com, no mínimo, 30% em todos os blocos.

“A gente vê diversas empresas que fazem agora, depois de todas as mudanças propostas feitas pelo governo, sua aposta em definitivo no Brasil”, diz o ministro Coelho Filho. Para os participantes, as novas regras são fundamentais para destravar os investimentos no setor de petróleo e gás. “O governo tem agido de uma maneira muito franca, muito aberta, proativa, e a disputa que está acontecendo aqui não é surpresa nenhuma”, diz Lincoln Queiroz, presidente da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) (leia entrevista ao final da reportagem). As mudanças foram





consideradas fundamentais para que pequenas e médias empresas pudessem participar.

“A gente não pode comparar os pequenos produtores de petróleo com estes grandes, que têm o pré-sal como a sua meta”, afirma Hélcio Figueiredo, diretor da Tek Óleo e Gás, empresa que arrematou por R\$ 1,1 milhão um bloco na bacia do Recôncavo, na Bahia. “Se as dificuldades forem as mesmas, a gente não consegue caminhar.” A expectativa é de que este otimismo se traduza em maior interesse pelas próximas ofertas da ANP, a começar pelas segunda e terceira rodadas de licitação de áreas do pré-sal, marcadas para ocorrer em 27 de outubro. Até o momento, a Petrobras e mais 10 empresas estrangeiras estão habilitadas a participar, todas gigantes do setor.

Serão oferecidas oito áreas, no regime de partilha, com arrecadação prevista de R\$ 7,7 bilhões. “A partir de agora, a expectativa para os leilões de pré-sal é muito boa”, diz David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da ANP. “Está comprovado que há apetite pelo Brasil.” Diante da experiência da 14ª Rodada, projeta-se uma disputa ferrenha entre as grandes petroleiras. Mais do que isso, o que se espera é que o setor de petróleo e gás volte a ser um importante indutor de crescimento. Se depender das novas regras, as empresas estão a bordo. “Temos US\$ 10 bilhões em investimentos previstos para os próximos cinco anos”, disse Andre Araújo, presidente da Shell Brasil. “O jogo está começando.”



“ Não pagaríamos o valor que pagamos pelas áreas se não soubéssemos que ela vale isto”

*Pedro Parente,
presidente da Petrobras*



“ É saudável que tenha concorrência. A Petrobras não pode ser o único player”

*Henri Philippe Reichstul,
ex-presidente da Petrobras*



“ Temos US\$ 10 bilhões em investimentos previstos para os próximos cinco anos”

*Andre Araújo,
presidente da Shell Brasil*



“ A expectativa para os leilões do pré-sal é muito boa. Há apetite pelo Brasil”

*David Zylbersztajn,
ex-diretor-geral da ANP*

Com a bola rolando, alguns Estados e municípios voltam a esfregar as mãos diante do potencial de arrecadação com royalties. O Estado de São Paulo, que está se tornando o segundo maior produtor do País, espera arrecadar cerca de US\$ 50 bilhões em royalties nos próximos anos. Um caso emblemático é o da cidade de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo. Entre 2012 e 2016,

a receita do município cresceu 94% em termos reais (descontada a inflação). Para este ano, a previsão é de uma nova expansão de 11%, totalizando R\$ 468 milhões. Desse montante, 64% são receitas ligadas ao petróleo. Do ponto de vista da gestão pública, o maior risco é de os governantes beneficiados pelos royalties inflarem os gastos de forma permanente, sem ter a garantia de





MARTELO BATIDO — Conheça as empresas que arremataram ativos no Brasil

LEILÃO DE PETRÓLEO			LEILÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS
ExxonMobil EUA	Repsol Espanha	Petrobras Brasil	
Eneva Alemanha	CNOOC China	Imetame Brasil	
Geopark Coreia do Sul	TEK Brasil	Bertek Brasil	
Karoon Austrália	Guindaste Brasil Brasil	Vipetro Brasil	
Petroil México	Great Energy Brasil	Greenconsult Brasil	
			SPIC Overseas China
			Engie França/Bélgica
			Enel Itália

que o fluxo de recursos será eterno. A população do Rio de Janeiro sente, no dia a dia, os reflexos do que foi uma administração irresponsável, que surfou uma onda de euforia com o pré-sal.

CEMIG Para o governo, a quarta-feira 27 não poderia ter sido melhor. Além do surpreendente resultado no leilão da ANP, a União conseguiu resultados positivos na relicitação de quatro usinas hidrelétricas operadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), mas que estavam com suas concessões vencidas. Ocorrido na sede da B3, em São Paulo, o leilão gerou uma receita total de R\$ 12,13 bilhões em outorgas, ágio de R\$ 1,07 bilhão (10,3%) em relação aos preços mínimos. O maior negócio foi registrado na usina de São Simão. A Pacific Hydro Brasil, do grupo chinês State Power Investment (Spic), única a fazer proposta, levou a concessão depois de oferecer R\$ 7,2 bilhões, ágio de 6,51% em relação ao lance inicial.

A empresa atua no Brasil desde 2007 por meio de parques eólicos localizados no Nordeste e afirma estar atenta a outros ativos na área

de geração, especialmente eólica e hidrelétrica. “Temos interesse em expandir no País, então vamos estudar os próximos leilões”, diz Adirana Waltrick, presidente da companhia. A Engie, antiga GDF Suez, arrematou a usina de Jaguará por R\$ 2,2 bilhões e a de Miranda por R\$ 1,4 bilhão, ágio de 22,42%. “Estes empreendimentos têm localização estratégica para o crescimento da Engie na região Sudeste”, diz Maurício Bähr, presidente da Engie no Brasil. Na usina de Volta Grande, a italiana Enel foi a única a apresentar uma oferta, no valor de R\$ 1,29 bilhão, ágio de 9,85%. Apesar da incerteza jurídica, gerada pela tentativa da estatal mineira de impedir o leilão, o resultado foi um sucesso.

A bancada mineira no Congresso Nacional ameaça retaliar o governo Temer nas próximas votações, mas a equipe econômica avalia que a reação histórica é apenas uma forma de os políticos prestarem contas aos seus eleitores na véspera de um ano eleitoral. “Estou muito feliz com resultados dos leilões de petróleo e energia”, diz Mansueto de Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. “Tivemos

ganho extra de, pelo menos, R\$ 3 bilhões com os dois leilões.” A partir de agora, a prioridade do presidente Temer é derrubar, na Câmara dos Deputados, a segunda denúncia contra ele apresentada pela Procuradoria Geral da República. Em seguida, entrarão em campo a aprovação das medidas fiscais já anunciadas, o debate da reforma da Previdência e a próxima leva de concessões de infraestrutura. Pelo que se constatou nos leilões de petróleo e da Cemig, os estrangeiros estão dispostos a extrair investimentos no Brasil.

“Estamos em uma nova era da exploração de petróleo no Brasil”



Lincoln Queiroz, presidente da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP)

O resultado da 14ª Rodada demonstra uma retomada do setor de petróleo e gás brasileiro?





Com certeza. Obviamente já estávamos esperando isso. O governo tem agido de uma maneira muito franca, muito aberta, proativa, e o que está acontecendo aqui, para nós, não é surpresa nenhuma. Eu acho que este trending vai continuar e a tendência é que tenhamos resultados mais auspiciosos do que vimos hoje aqui.

Por governo, o sr. se refere às mudanças na regulação?

Regulação, o apoio, o entendimento, o diálogo e toda a compreensão de como está o cenário mundial de petróleo e como o Brasil se encaixa neste cenário, como um país importante na futura produção e na produção atual. Obviamente, o governo entendeu que era hora de fazer uma reviravolta nisso aí e está fazendo.

O que podemos esperar daqui para frente no setor de petróleo?

Acho que nós podemos esperar um crescimento da atratividade do País. Nós temos de destacar a qualidade das companhias que aqui estiveram [na 14a Rodada], o retorno de grandes companhias com apetite para estar neste País. Estamos em uma nova era, em um revival da exploração de petróleo no Brasil.

Retomada tira empresas de aplicações em títulos

Por Angela Bittencourt

A perspectiva para a economia é sinalizada por indicadores de atividade e indicadores financeiros. A atividade, em alta ou em queda, tem efeito na confiança que consumidores e empresários têm na recuperação. A produção industrial, as vendas no varejo e o mercado de trabalho avançam, prova o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mínimo por contágio, todos os índices de confiança construídos e monitorados pela Fundação Getulio Vargas (FGV) estão em alta, à exceção do Índice de Incerteza da Economia (IIE) que melhora quando cai - e está caindo.

Os indicadores financeiros são usualmente representados pela trajetória da taxa de juros e da demanda por crédito. A taxa Selic está próxima de sua mínima histórica. Hoje, a Selic é de 8,25%, mas já é vista a 7,50% nas projeções para o resultado da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para o fim deste mês. Em dezembro, no último encontro do Comitê, deve chegar a 7%. A demanda por crédito não cresceu em agosto, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Banco Central (BC). Contudo, a movimentação de um estoque de dinheiro, em particular, autoriza apostas no crescimento econômico que pode ser diferenciado no seu ponto de partida.

Empresas brasileiras, que

chegaram a manter, em 2016, quase R\$ 220 bilhões em aplicações financeiras temporárias em títulos públicos federais, reduziram em cerca de 60% essas operações.

PIS/Pasep e juro do consignado põem consumo no radar

Essa modalidade de investimento - remunerado pela taxa Selic e de liquidez garantida por recompra dos títulos pelo BC em data predeterminada - marcou seu recorde de volume em março do ano passado, quando era corrente a expectativa de que a ex-presidente Dilma Rousseff não escaparia do pedido de impeachment por crime de responsabilidade. Confirmado. Dois meses depois, em maio de 2016, Dilma era afastada provisoriamente do cargo e, no fim de agosto, definitivamente.

Um ano depois, em agosto de 2017, a aplicação das empresas em operações compromissadas do BC estava em R\$ 89 bilhões. Esse desmonte espetacular, que pode explicar resistência aos empréstimos bancários, não ocorreu da noite para o dia. As empresas começaram a resgatar os seus recursos no quarto trimestre de 2016.

No primeiro trimestre de 2017, os resgates foram substancialmente

reduzidos, mas voltaram a aumentar no segundo trimestre e as estatísticas do BC sobre meios de pagamento revelam que o movimento prosseguiu no terceiro trimestre. Em doze meses encerrados em agosto, aproximadamente R\$ 68 bilhões já estavam em mercado - distante portanto de amarras impostas, embora temporariamente, pelas aplicações na carteira de títulos públicos que pertence ao BC.

Passado o choque de meados de maio, provocado pela delação dos irmãos Joesley e Wesley Batista, sócios do Grupo J&F, que instalaram o presidente Michel Temer no centro da Lava-Jato, a queda persistente da taxa de juro - orientada pela política executada pelo BC - contagiou investidores não financeiros com a tentativa de mobilizar seus próprios recursos como alternativa ao crédito. Não indefinidamente, mas ao menos até o fortalecimento dos índices de confiança na retomada. A utilização de dinheiro próprio sanciona a expectativa de que a estrutura produtiva no país vai se reerguer, possivelmente, em base menos endividada.

Disposição à maior cautela com processos de endividamento também evita maiores percalços na retomada. Somam-se a isso a existência de considerável capacidade ociosa na indústria brasileira e a percepção de que consumidores potenciais estão à espreita, aguardando o melhor momento para voltar às compras.





Não à toa, consumidores estão mais otimistas. A depender do governo, eles podem começar a arregaçar as mangas e competir pelos melhores preços a partir deste último trimestre. Após a liberação de R\$ 44 bilhões de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), estão autorizados saques nas contas do PIS/Pasep em um total estimado em R\$ 15,9 bilhões. O calendário foi anunciado na quinta-feira passada: a partir de 19 de outubro podem sacar os que tem mais de 70 anos; a partir de 17 de novembro os aposentados; e, a partir de 14 de dezembro, os demais cotistas beneficiados pelo critério de idade. O Natal será mais comemorado.

Também na quinta-feira, indiretamente, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, acenou com o ingresso de mais R\$ 5 bilhões em circulação ao longo de um ano. Esse montante de recursos é equivalente à economia com pagamento de juros por tomadores do crédito consignado - descontado em folha de pagamento. A folga no orçamento das famílias será proporcionada pela segunda redução do teto da taxa de juro em 2017 cobrada nesse segmento. Para os servidores públicos, grupo mais numeroso de beneficiários da cobrança de juro bem inferior ao de mercado, o teto do consignado passou de 2,20% ao mês para 2,05% ou de 28,9% anualizados,

para 28%. Para aposentados e pensionistas, o teto do consignado recuou de 2,14% ao mês para 2,08%.

O editor-assistente Gabriel Caprioli detalha, em análise publicada nesta edição do Valor, a trajetória favorável e generalizada do sentimento de consumidores e dos empresários. Os índices de confiança, em evidente melhora no início do ano, sofreram avaria considerável com a instabilidade política mais aguda provocada pela inesperada delação dos irmãos Batista.

O Índice de Confiança na Indústria (ICI) da FGV foi escolhido há alguns meses por analistas do banco UBS para um estudo que concluiu: todas as vezes que esse índice aproximou-se de 100 pontos, ao final de doze meses à frente a economia brasileira cresceu pelo menos 2,5%. Essa indicação para o PIB, visto nas projeções do mercado, revela um fundo do poço em 70 pontos. Em meados de 2015, o ICI chegou a 72,70 pontos. Em maio deste ano, alcançou 92,30. O "tombo Batista", rompeu o suporte de 90 pontos. Em agosto, o ICI havia retornado aos 92,20 pontos.

Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

De Dilma a JBS, advogada está no centro de crises

Por Murillo Camarotto | De Brasília



Fernanda Tórtima: advogada que atendeu Eduardo Cunha foi nomeada desembargadora eleitoral por Dilma Rousseff, dez dias antes de ser afastada da Presidência.

"As mulheres não precisam de paternalismo ou proteção social. Precisam dizer a que vieram." Após uma longa lista de agradecimentos, foi com essa mensagem que a desembargadora eleitoral Fernanda Lara Tórtima abriu seu discurso de posse no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), em 2 de maio do ano passado. Nomeada pela então presidente Dilma Rousseff, a posse dez dias antes do afastamento da petista marcava a ascensão da jovem criminalista carioca. Desde então, Tórtima esteve no epicentro de várias crises.

A mais recente remete à posse no TRE. Antes dela falar, discursou o procurador regional eleitoral Sidney Pessoa Madruga. Ele destacou a juventude, a determinação e a competência da homenageada. Convidado

recentemente para ingressar na nova equipe da Procuradoria-Geral da República (PGR), Madruga foi o pivô da primeira turbulência da gestão Raquel Dodge. Perdeu o emprego após ser flagrado pelo jornal "Folha de S. Paulo" repassando informações internas à amiga Fernanda Tórtima.

Ela também causou estragos na gestão de Rodrigo Janot. Poucos dias antes dele transmitir o cargo, foram divulgados os áudios de Joesley Batista e Ricardo Saud, nos quais comentavam os detalhes da trama por trás da delação premiada que quase derrubou o presidente da República. A suposta participação do procurador Marcelo Miller nos preparativos do acordo teria contado com beneplácito da advogada do grupo empresarial: Fernanda Tórtima.

Advogada da JBS desde o final do ano passado, ela foi contratada para cuidar dos processos que tratavam dos empréstimos do grupo junto ao BNDES. No mesmo período, Miller já tinha planos de deixar o Ministério Público e buscava oportunidades no setor privado. Fernanda, que o conhecia do Rio, apresentou o procurador aos Batista. Ela o indicou para a diretoria de compliance da JBS, que estava vaga.

A confraria jurídica do Rio é o habitat natural de Fernanda Tórtima. Filha, esposa e nora de advogados

renomados, circula com desenvoltura nos corredores do poder do Estado. Já como desembargadora eleitoral, se declarou impedida de participar do julgamento da cassação da chapa do governador, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do vice, Francisco Dornelles.

Na mais recente investida da Lava-Jato no Rio, ela assumiu a defesa do empresário Lélis Teixeira, ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado. Ele foi preso junto com Jacob Barata, o "rei dos ônibus do Rio", que é defendido pelo criminalista José Carlos Tórtima, pai de Fernanda.

Dono de uma prestigiosa banca da cidade, "Zeca", como é conhecido o pai, foi torturado na ditadura. Durante a Comissão da Verdade, chamou atenção ao confrontar aquele foi seu algoz, o major Valter Jacarandá. Fernanda é casada com o desembargador Mauro Pereira Martins, do Tribunal de Justiça do Rio. Eles não têm filhos.

Nos últimos anos, teve atuação destacada na gestão da OAB fluminense. Ela integra o grupo do deputado federal petista Wadih Damous, ex-presidente da entidade. Na gestão dele e na atual, de Felipe Santa Cruz, a advogada presidiu a Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas.





Ao lado de Damous e de José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça, Fernanda Tórtima participou da "tropa de choque jurídica" que denunciava um golpe contra Dilma. Isso não impediu que, dois meses depois, assumisse a defesa do ex-deputado Eduardo Cunha, considerado o principal artífice da deposição da ex-presidente.

Antes mesmo do afastamento definitivo de Dilma, em agosto do ano passado, Fernanda subiu à tribuna do Supremo Tribunal Federal (STF) para dizer que Cunha não tinha contas bancárias fora do Brasil. "Titularizar uma offshore que titularize uma conta no exterior não é crime de lavagem exatamente por conta da facilidade que as autoridades teriam para identificar o gestor daquela conta", argumentou.

Eles dois se conhecem há mais de dez anos, desde que a atuação de Cunha ainda era circunscrita ao Rio de Janeiro. Contratada pelo pemedebista, ela assinou queixas crime dele contra jornalistas e contra um delegado de polícia. Na Lava-Jato, Fernanda cuidou da defesa da filha de Cunha, Danielle.

Provocado sobre a atuação de Fernanda Tórtima ao lado de Dilma e de Cunha, o deputado Wadih Damous foi realista: "Ela é advogada de defesa, uma profissional contratada, e você não vai encontrar Madre Tereza nesse ramo."

Com 41 anos recém-completos, ela estudou no Colégio Peixoto, no bairro da Gávea. Formada pela PUC-Rio em 2002, tem mestrado em direito penal pela Universidade

de Frankfurt e pós-graduação em direito penal econômico pela Universidade de Coimbra. Segundo seu currículo acadêmico, tem fluência em inglês, francês, espanhol, italiano e alemão.

"Qualificada", "determinada", "competente" e "combativa" são as principais qualidades mencionadas por amigos de Fernanda. Colegas mais distantes e rivais na advocacia dizem que ela não perde uma boa discussão e a classificam como "arrojada". Devido aos escândalos recentes, poucos quiseram dar depoimentos sobre a advogada. "Me inclua fora dessa", pediu Tércio Lins e Silva, um dos maiores criminalistas do Rio.

A atuação na capital federal ficou mais intensa após a eclosão da Lava-Jato, em 2014. Um ano antes, Fernanda abriu escritório em Brasília, em sociedade com Juarez Tavares e Ademar Borges. A banca funciona em uma ampla casa de tijolos aparentes em uma rua tranquila do Lago Sul, região que abriga a elite de Brasília. Atualmente, tem entre os clientes o ex-presidente Fernando Collor.

Na mesma época em que assumiu a cadeira no TRE-RJ e a defesa de Eduardo Cunha, a advogada apareceu no noticiário com a delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Ao lado de outros três colegas, ela tocou as negociações do acordo, que resultou na saída do senador Romero Jucá do Ministério do Planejamento. Foi a primeira crise do ainda interino governo de Michel Temer.

Jucá teve que deixar a Pasta após a divulgação de gravações, feitas por Machado, em que ele defendia um acordo para barrar a Lava-Jato ou, nas palavras do próprio senador, "estancar a sangria".

Advogados lembram que ela vê com bons olhos o uso do gravador, o que acabou alimentando suspeitas de que Fernanda também conhecia o plano original do grampo feito em Temer por Joesley. A pessoas próximas, ela diz que não tem apreço pelos grampos e que desconhecia o plano dos Batista.

A suposta premeditação dessa gravação, com a participação do ex-procurador Miller, é hoje o calcanhar de Aquiles da Lava-Jato. Comprovada uma ação planejada para gravar o presidente, toda a investigação pode vir abaixo.

Em outra conversa divulgada recentemente, o empresário da JBS diz ter informado a Fernanda de que gostaria de amanhecer em Nova York no dia seguinte à divulgação da delação. Teria recebido a seguinte orientação: "tem que se pirulitar mesmo". O vazamento dessa conversa deixou Fernanda furiosa.

No diálogo com Saud divulgado há três semanas, Joesley diz que ela quase "surtou" ao saber que o grupo pretendia delatar integrantes do STF. Os ministros são tratados no áudio como "amigos" da advogada. Pelo menos um deles, Luís Roberto Barroso, é mais do que um colega de profissão. A mãe de Fernanda, a advogada e filósofa Tânia Lara, foi casada por anos com o advogado Roberto Bernardes Barroso, pai do ministro.





Barroso não se declara impedido para julgar processos de Fernanda ou do escritório dela. Procurado, informou que apesar do relacionamento entre os pais deles, encerrado há cerca de dez anos, ele e a advogada jamais conviveram e "não mantêm qualquer relação de proximidade", Mencionou, ainda, dois processos julgados por ele que contrariam os interesses de Fernanda Tórtima.

Em 5 de junho de 2013, durante a sabatina do Senado que aprovou a indicação de Barroso para o Supremo, o nome de Fernanda foi mencionado junto aos dos familiares do ministro.

Principal antagonista de Barroso no STF, o ministro Gilmar Mendes é sócio da faculdade onde Fernanda Tórtima dá aulas. No primeiro semestre deste ano, lecionou "Teoria do Erro" para uma turma de pós-graduação. A disciplina trata, entre outras coisas, dos lapsos que podem ser cometidos junto com um crime. Segundo um de seus alunos, ela cita clientes como exemplos.

IBGE busca R\$ 3 bi para fazer o Censo

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio



O presidente Roberto Olinto: "IBGE sempre propõe a realização das pesquisas no prazo, mas precisamos de orçamento".

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há quatro meses, o carioca Roberto Olinto, de 64 anos, tem pela frente o desafio de conduzir grandes operações no instituto, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Censo Agro 2017, que entra hoje em fase de coleta. Suas missões mais difíceis, contudo, serão enfrentar o constante enxugamento do quadro funcional e o histórico problema orçamentário.

Em entrevista exclusiva ao Valor, concedida no gabinete da presidência do IBGE, no centro do Rio, Olinto reconhece que o orçamento sempre foi um problema. Depois de garantir recursos necessários para finalizar o Censo Agro em 2018, sua meta agora é convencer o governo e políticos sobre a importância de, em meio à crise fiscal, desembolsar de R\$ 2,5

bilhões a R\$ 3 bilhões em cinco anos para a realização de um censo demográfico em 2020.

"Temos pequeno valor no orçamento de 2018 para atividades do Censo 2020, como viagem e seminários. O grupo técnico começa a definir o perfil do censo e isso vai se acelerar até 2020, quando ocorrerá a coleta", diz Olinto, acrescentando que o Censo Agro é "cafezinho" diante do censo demográfico. "São 26 mil temporários no Censo Agro; no demográfico são 300 mil."

Segundo ele, os recursos necessários para a realização do censo demográfico não estão garantidos para os próximos anos. Na última quarta-feira, Olinto esteve num evento em Brasília e defendeu, na presença de deputados e senadores, a importância do Censo 2020, desde o interesse de acadêmicos até de prefeitos que precisam atualizar sua população para o Fundo de Participação dos Municípios.

Ele afirma que um atraso na pesquisa, como ocorreu com o Censo Agropecuário (que deveria ter sido realizado em 2015) e com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (que deveria ter sido feita em 2014), provocaria descontinuidade estatística e comprometeria outras estatísticas do IBGE. A POF é um dos exemplos mais bem acabados.

"A POF é fundamental para a ponderação do IPCA. O IBGE sempre propõe a realização das pesquisas no prazo, mas precisamos de orçamento. No caso da POF, ela vai aperfeiçoar o índice de preços. Ele hoje está ruim? Claro que não. Mas quanto mais rápido aperfeiçoar a pesquisa, melhor", diz o presidente do IBGE.

Para resolver a questão, Olinto propõe a criação de um fundo para financiar a produção de estatísticas e informações geocientíficas. A ideia é que o fundo receba, de forma diluída no tempo, recursos para as grandes operações. "Considerando que existe o teto orçamentário, o uso de um fundo seria fundamental", disse ele, sem especificar, porém, a origem dos recursos do fundo.

Além da realização de pesquisas, o IBGE precisa de recursos para enfrentar outro desafio: o constante enxugamento de seu quadro de servidores permanentes. Em maio deste ano, o instituto foi autorizado pelo Ministério do Planejamento a nomear 300 servidores aprovados no concurso público realizado em 2015. Trata-se de pouco mais da metade dos 530 servidores que se aposentaram neste ano.

Desde 2010 órgão perdeu 20% do quadro de pessoal; este ano, reposição foi pouco mais da metade dos 530 aposentados





Desde 2010, o IBGE perdeu 20% do total de servidores permanentes. São 1.400 trabalhadores a menos. Isto torna-se ainda mais desafiador diante das novas pesquisas criadas ou ampliadas nos últimos anos - como o Índice de Preços ao Produtor (IPP), a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

"O quadro atual é suficiente para não comprometer a qualidade das pesquisas que fazemos, mas para os novos desafios será necessário mais gente", diz Olinto. "Mas indiscutivelmente precisamos de gente para recompor as aposentadorias, as passadas e as futuras. Hoje eu pediria 1.500 pessoas para começar, no mínimo. É uma questão chave."

Ao mesmo tempo que busca driblar o "desmonte" do instituto, Olinto quer introduzir novos padrões. Ele revelou que o instituto vai passar a divulgar parte dos resultados de pesquisas não conjunturais antes que elas estejam concluídas e possam ser consideradas "oficiais". A chamada estatística "experimental" foi aprovada pelo Conselho Diretor do instituto e está em implementação.

Segundo ele, o IBGE vai passar a divulgar os principais números com as pesquisas ainda em curso, sob a condição de que os dados podem passar por revisões e conter erros ainda não identificados por seus técnicos. Ou seja, não são definitivos. Essa espécie de prévia das pesquisas "oficiais", a ser publicada no site do instituto, representa uma mudança de lógica das divulgações.

"É importante dizer que não vou colocar como experimental estatísticas conjunturais, como PMS, PMC ou PIB. São informações que mexem com mercado. Imagina o caos se o IBGE coloca uma prévia do PIB na internet? Viraria dado oficial em meia hora", afirma Olinto.

O novo padrão estatístico poderia ser aplicado, por exemplo, no Censo Agro e na Pesquisa Trimestral de Abate. Para o IBGE, o benefício seria oferecer informações de maneira mais rápida. "Além disso, os usuários poderão descobrir coisas que a gente não viu ou levaria mais tempo para descobrir. Estamos pedindo parceria com usuários, trabalharmos juntos os dados".

A sinalização amigável aos usuários de dados do IBGE - como

acadêmicos, organizações internacionais, empresas privadas e consultorias - ocorre após turbulências no início do ano, quando foram feitas mudanças na ponderação e na amostra nas pesquisas mensais de comércio (PAC) e de serviços (PAS), ainda na gestão de Paulo Rabello de Castro no instituto.

Com as alterações metodológicas, as vendas do varejo restrito de janeiro, por exemplo, passaram de uma retração de 0,7% para uma alta de 5,5%. Além da crítica por não ter divulgado e debatido as mudanças com mais antecedência, analistas se queixaram da ausência de dados recalculados das duas pesquisas referentes aos anos anteriores.

Olinto descarta qualquer erro técnico da pesquisa. "Você mudar o encadeamento de uma série sempre terá uma perda, não tem jeito. Eu tenho que melhorar e, para melhorar, eu rompo". Para ele, o problema foi, na verdade, de comunicação com o mercado. "Tanto que houve uma mudança de rotina. Nós divulgávamos a mudança 30 dias antes. Passamos para 60 dias agora".